



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL –
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS SURDAS
NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Sayonara Soares Dutra

**São Gabriel, RS, Brasil
2010**

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS SURDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL

por

Sayonara Soares Dutra

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Prof^a. Rosana Estela Copetti

**São Gabriel, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS SURDAS NO MUNICÍPIO
DE SÃO GABRIEL**

elaborado por
Sayonara Soares Dutra

como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em
Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Rosana Estela Copetti, Prof^a. Mestre em Educação (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Eliana Pereira de Menezes, Prof^a. (UFSM)

Zuleica Viçosa Bonetti, Prof^a. Esp. em Educação Especial (UFSM)

São Gabriel, de dezembro de 2010.

RESUMO

Artigo de Especialização
Centro de Educação
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS SURDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL

AUTORA: SAYONARA SOARES DUTRA
ORIENTADORA: ROSANA ESTELA COPETTI
Data e Local da Defesa: São Gabriel, de dezembro de 2010.

Este artigo monográfico relata os avanços das últimas décadas, nas políticas públicas que o Brasil vem difundindo trazendo a ideia da pessoa surda como alguém diferente e não deficiente, bem como, as ações realizadas no Estado do Rio Grande do Sul e Município de São Gabriel. O objetivo é analisar sobre a educação e inclusão de pessoas surdas no Município de São Gabriel buscando os conhecimentos filosóficos, históricos, sociológicos da Educação e, através do que a literatura indica sobre o tema, refletir sobre a realidade da educação de surdos nas escolas Municipais de São Gabriel. Este estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, pois está fundamentado em estudos realizados por autores em livros e artigos publicados em revistas, livros e artigos de Internet, pois não foi possível conseguir subsídios referentes ao tema, na Secretaria de Educação do Município. Ao final do trabalho, verifica-se que conhecer os sujeitos surdos e engajar esforços para a criação de um ambiente de participação ativa dos pais, juntamente com profissionais especializados é o que possibilitará a busca constante de alternativas que propiciem a essas pessoas melhor qualidade de vida no meio em que vivem. Pois, a pessoa que é estimulada torna-se mais ativa, receptível a regras, reage melhor as tarefas propostas e é mais sociável, facilitando o ingresso no ensino regular.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação de surdos; Escolas Municipais

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	05
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	06
2.1 Fundamentos legais a partir da cultura surda.....	07
2.1.1 História da educação de surdos.....	07
2.1.2 Políticas públicas para a pessoa com deficiência auditiva no Rio Grande do Sul	10
2.2 As escolas do Município de São Gabriel frente à surdez.....	13
3 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	16
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
5 REFERÊNCIAS	19

1 APRESENTAÇÃO

Este projeto de pesquisa tendo como tema: “Políticas Públicas de Pessoas Surdas no Município de São Gabriel”, realizar-se-á nas escolas do Município de São Gabriel.

A principal motivação para a realização deste estudo é a falta de políticas no município de São Gabriel, e o desinteresse dos gestores públicos em entender e aceitar a diversidade existente entre as pessoas com deficiência.

Frente à preocupação referente à educação de surdos, o trabalho tem como objetivo principal, analisar as políticas de inclusão escolar de pessoas surda, em instituições regulares de ensino.

Para conferir uma maior organização didática, este trabalho foi dividido em partes. Na primeira, faz-se uma síntese da História da Educação de Surdos, tendo como destaque as Políticas Públicas para Pessoa com Deficiência Auditiva no Rio Grande do Sul, com ênfase nas Ações Sociais e Pedagógicas. Na segunda parte será feito algumas considerações a respeito das Escolas do Município de São Gabriel frente à Surdez com uma análise crítica da situação pesquisada e, por fim são tecidas algumas considerações finais em relação às Políticas adotadas no município de São Gabriel.

Justifica-se este trabalho acreditando que as mudanças que ocorrem com as novas exigências, que vem se incorporando ao sistema educacional, e a renovação educativa que abarcam as ações políticas e pedagógicas dos educadores, fazem com que primem pela escola de qualidade, gerando o vislumbrar da contribuição da educação especial para educação, onde os conhecimentos apresentados destacam-se como um grande portal para a construção da cidadania.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação de surdos tornou-se um assunto polêmico por suas dificuldades impostas e suas limitações. Foram criadas propostas educacionais para o sujeito surdo levando ao pleno desenvolvimento de suas habilidades, porém na prática isso é bem diferente.

Assim, várias práticas pedagógicas que envolvem os sujeitos surdos apresentam limitações, isso faz com que ao final da escolarização básica não os tornam capazes de ler e escrever de uma maneira satisfatória, nem ter um domínio dos conteúdos propostos.

Alguns autores que, interessados na realidade escolar do surdo no Brasil, tentam identificar esses problemas e apontar caminhos viáveis para a prática pedagógica (FERNANDES, 2005).

Nesse contexto, é importante pensar sobre alguns aspectos da educação de surdos ao longo da história, procurando entender seus desdobramentos e influências que podem repercutir na educação nos dias atuais.

A inclusão de surdos em salas de aula regulares torna impossível o desejo dos surdos de construir saberes e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial do país) e impossibilita a consolidação linguística dos alunos surdos. Todo trabalho pedagógico que considere o desenvolvimento cognitivo tem que reconhecer a aquisição de uma primeira língua natural (este é o eixo fundamental do “bilingüismo”), assim não se trata de apenas aceitar a língua de sinais, mas de efetivá-la.

Pesquisas evidenciam que essa proposta é a mais coerente para o ensino de crianças surdas, considerando como primeira língua a linguagem dos sinais e a segunda língua após, que é o português e pode ser na modalidade escrita ou oral. Neste sentido o Bilinguismo é caracterizado assim:

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua, a língua oficial de seu país [...] os autores ligados ao Bilingüismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez (GOLDFELD, 1997, p. 38).

Neste enfoque é fundamental que as crianças surdas tenham contato em um primeiro momento com pessoas que falem fluentemente a linguagem de sinais, que podem ser seus pais, professores ou outros.

Baseando-se ainda no bilingüismo são possíveis os seguintes questionamentos: Como a criança estabelecerá contato com o mundo de representações que a cerca? Como construirá suas próprias significações?

Sá (2010) explica que: “Ao contrário, caso a criança surda tenha uma língua natural, ela contará com a base para a aquisição de uma segunda língua, pois terá as condições ótimas para o desenvolvimento de sua cognição, de sua auto-estima e de sua identidade”.

Em uma perspectiva atual aparecem aspectos positivos e negativos com relação a esta modalidade, onde existem algumas escolas que enfocam a linguagem de sinais como mediação com o oral. Elas praticam o oralismo como sendo a primeira língua, utilizando o método tradicional, possibilitando que o surdo mostre suas capacidades e chegue a um modelo ouvinte e assim dizem realizar um trabalho bilíngüe com os surdos, contudo na prática não é feita corretamente.

2.1 Fundamentos legais a partir da cultura surda

2.1.1 História da educação de surdos

A história dos surdos começou propriamente dita na Antiguidade, onde nessa época e por quase toda a Idade Média pensou-se que os surdos não pudessem ser educados, ou que fossem imbecis. Foi no início do século XVI que começou-se a admitir que os surdos pudessem aprender através de procedimentos pedagógicos sem que houvesse interferências sobrenaturais (MOORES, 1978 apud UZAN et al, 2010).

Neste embasamento Uzan et al (2010) deixam claro que:

O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimentos e se comunicar com o mundo ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, mas a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos.

Por decorrência do avanço das práticas pedagógicas com surdos, foi realizado, em 1878, em Paris, o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, em que houve debates a respeito das experiências e impressões sobre o trabalho realizado até então. No citado congresso várias opiniões fizeram-se presentes, onde alguns grupos expuseram que falar era melhor que usar sinais, entretanto que esses eram muito importantes para a criança poder interagir com os outros. Ali, os surdos tiveram algumas conquistas importantes, como o direito a assinar documentos, mas ainda faltava muito para os surdos adquirirem uma verdadeira integração social (LACERDA, 1998).

No ano de 1880, acontece um marco histórico, pois foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que transformou os rumos da educação de surdos. O congresso foi todo produzido por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. O método alemão estava estendendo-se cada vez mais para a maioria dos países europeus e com isso vinha adquirindo cada vez mais adeptos, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época (OLIVEIRA, 2010).

Com o Congresso de Milão acaba uma época de convivência tolerada na educação dos surdos entre a linguagem falada e a gestual e a figura do professor surdo que era freqüente desaparece. Era o professor surdo que, na escola, intervinha na educação, de modo a ensinar certo tipo de cultura e de informação e que, após o congresso, foi excluído das escolas (LACERDA, 1998). As oposições do Congresso ao oralismo foi apresentada por Gallaudet que, desenvolvendo nos Estados Unidos um trabalho baseado nos sinais metódicos do abade De L'Épée, discordava dos argumentos apresentados, reportando-se aos sucessos obtidos por seus alunos (UZAN et al, 2010).

Em todo o mundo após o Congresso de Milão, o oralismo foi o referencial assumido e as práticas educacionais relacionadas a ele foram amplamente desenvolvidas. A maioria dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória, implicando um atraso de desenvolvimento global significativo e ainda haviam as dificuldades ligadas à aprendizagem da leitura e da escrita.

Ainda sobre as dificuldades dos surdos Johnson et al (1991 apud LACERDA, 2010, p. 5) abordam:

Muitos estudos apontam para tais problemas, desenvolvidos em diferentes realidades e que acabam revelando sempre o mesmo cenário: sujeitos pouco preparados para o convívio social, com sérias dificuldades de comunicação, seja oral ou escrita, tornando claro o insucesso pedagógico dessa abordagem.

No início dos anos 50, com as novas descobertas técnicas e a possibilidade de se "profetizar" crianças surdas muito pequenas, seria um novo impulso para a educação voltada para a vocalização. Novas técnicas foram produzidas para que a escola pudesse trabalhar sobre aspectos da percepção auditiva e de leitura labial da língua falada, onde surgiu um grande número de métodos, como o uso de próteses que pudessem ensinar crianças com surdez grave a ouvir e falar.

Iniciaram-se os estudos sobre as línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas na década de 1960. Mesmo com a proibição dos oralistas no uso de sinais, era muito difícil encontrar uma escola para surdos que não tivesse desenvolvido um jeito próprio para se comunicar através dos sinais (TURETTA, 2006).

Sobre a história da língua de sinais Lacerda (1998) deixa claro que:

A primeira caracterização de uma língua de sinais usada entre pessoas surdas se encontra nos escritos do abade De L'Epée. Muito tempo se passou até que o interesse pelo estudo das línguas de sinais de um ponto de vista lingüístico fosse despertado novamente, o que ocorreu nos anos 60 com os estudos de Willian Stokoe (1978).

Ao estudar a Língua de Sinais Americana¹ (ASL), Stokoe encontra uma estrutura semelhante àquela das línguas orais. Fundamenta que, assim como da combinação de um número restrito de sons (fonemas) cria-se um número vastíssimo de unidades dotadas de significado (palavras), com a combinação de um número restrito de unidades mínimas na dimensão gestual (queremas) pode-se produzir um grande número de unidades com significados (sinais).

Stokoe (apud LACERDA, 1998) expôs também em sua análise que: "Um sinal pode ser decomposto em três parâmetros básicos: O *lugar* no espaço onde as mãos

¹ Língua utilizada nos Estados Unidos e parte do Canadá pela Comunidade Surda. No século XIX, os Estados Unidos se destacam na educação de surdos utilizando a ASL (Língua de Sinais Americana), com a influência da língua de sinais francesa trazida por Laurent Cler, um professor surdo francês, discípulo de Abad Sicard, seguidor de L'Epée fundando junto com Thomas Gallandet, a primeira escola americana para surdos e em 1864 transformando no ano de 1864 a única Universidade para surdos no mundo.

se movem, a *configuração* da(s) mão(s) ao realizar o sinal e o *movimento* da(s) mão(s) ao realizar o sinal, sendo estes então os "traços distintivos" dos sinais".

Lacerda (1998) também elucida que nas décadas de 1970 e 1980 práticas reunidas sob o nome de comunicação total, foram desenvolvidas nos Estados Unidos e em outros países, onde também vários estudos foram realizados para verificar sua eficiência. O que esses estudos evidenciaram é que, em relação ao oralismo, alguns aspectos do trabalho educativo foram melhorados e que os surdos, no final do processo escolar, conseguem se comunicar um pouco melhor.

O que percebe-se é que com comprometimento e força de vontade de pessoas envolvidas neste processo de melhorar a vida dos sujeitos surdos, pode fazer com que eles possam ter uma vida dita "normal" sem restrições.

2.1.2 Políticas públicas para a pessoa com deficiência auditiva no Rio Grande do Sul

No que se refere às ações sociais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que, em 2005, havia 278 milhões de pessoas no mundo com problemas de audição moderada a profunda. A maioria vive em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, e o número de indivíduos com essa deficiência vem aumentando em todo o mundo, isso se deve ao aumento da população mundial e da expectativa de vida.

Os dados estatísticos da OMS apontam que no Brasil existem cerca de três milhões de pessoas surdas, mais ou menos 80% dos surdos do mundo não desenvolvem a escolaridade completa e 10% da população tem algum tipo de deficiência, sendo o percentual de incidência da deficiência distribuídos da seguinte forma:

- Deficiência Mental: 5 %
- Deficiência Física: 2 %
- Deficiência Auditiva: 1,5%
- Deficiência Visual: 0,5 %
- Deficiência Múltipla: 1 %

Conforme dados do IBGE (Censo 2000) no Rio Grande do Sul, numa população de quase 10 milhões de habitantes, 15,01 % deles, ou seja, aproximadamente 1.501.000 pessoas, possuem algum tipo de deficiência. Se somar

o número de cadastrados na Coordenadoria de Atenção aos Portadores de Necessidades Especiais em 2005, chega-se a 1753 pessoas com deficiência (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, 2010).

De acordo com a Portaria de Trabalho do Ministério da Saúde (PT MS/GM nº 2073/04) que institui a Política Nacional de Atenção a Saúde Auditiva e da Portaria de Trabalho do Ministério da Saúde (PT MS/SAS 587/04) que trata da organização e implantação das Redes Estaduais de Atenção a saúde Auditiva, o estado criou, em março de 2005 Rede Estadual de Atenção a Saúde Auditiva, esta rede dispõe de 7 serviços para atendimento das 19 CRS habilitados por Macrorregiões de Saúde sendo assim distribuídas (SECRETARIA DA SAÚDE, RS, 2005):

- Macrorregião Centro-Oeste - Hospital Universitário de Santa Maria;
- Macrorregião Metropolitana - Hospital de Clinicas e Hospital Conceição, em Porto Alegre, e Hospital da ULBRA, em Canoas;
- Macrorregião Missioneira e Norte - Clínica Pro - Audi, em Ijuí;
- Macrorregião Sul - Clínica Mathilde Fayad, em Bagé;
- Macrorregião Vales - Hospital Bruno Born - FUNDEF, de Lajeado

Nas ações pedagógicas é importante ressaltar o que o Estado do Rio Grande do Sul tem realizado neste sentido.

No Rio Grande do Sul, somente nas escolas estaduais, teriam mais ou menos 21.687 alunos com um grau de surdez, de acordo com os dados da OMS – Organização Mundial de saúde, 1,5% da população geral tem um grau de surdez. Esses alunos estariam divididos em escolas próprias para surdos, classes especiais, ou salas de recursos.

Em todas estas formas de organização de ensino existe uma indicação de que o meio de comunicação passa pela Língua Brasileira de Sinais-Libras. Pessoas preparadas estariam trabalhando com esta comunidade. Nesta proposta o Estado aceita o surdo como um sujeito sócio-antropológico cultural, um sujeito capaz de decidir seu futuro e finalmente ser autônomo poder decidir sem ser dominado pelo ouvinte para isso a Secretaria de Educação do Estado utiliza-se das seguintes ações (FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS, 2005):

- Sempre que possível, criar/ampliar escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio para surdos, com profissionais capacitados, respeitando a identidade a língua e a cultura;
- Onde não há escolas para surdos, criar/incentivar as classes específicas de surdos, de 1º ano ao 9º ano, com professores habilitados (especializados/capacitados).
- Progressivamente, ampliar para o Ensino Médio, conforme a necessidade. Articular esse atendimento ao Projeto Pedagógico da escola;
- Ampliação das Salas de Recursos para apoio pedagógico aos alunos surdos que freqüentam classes comuns na educação básica;
- Reordenamento do tempo e espaço escolar, respeitando o ritmo e os tempos de aprendizagem e a língua natural dos surdos (Libras);
- Criar cargos de Intérprete de Libras e Instrutor Surdo nas escolas de surdos e nas escolas que tenham surdos matriculados;
- Contratação de professores surdos sempre que houver essa possibilidade (cumprir a lei de reserva de mercado Lei Nº 8.213/91 e a Lei Nº 8.112/91); para professores da rede estadual que atuam com alunos surdos.

Se não houver escolas de surdos no local a comunidade surda recomenda que:

- Seja incentivado o uso da língua de sinais,
- Seja contratados professores surdos para que o surdo tenha um modelo e construa sua identidade em contato com seu semelhante.
- Adaptação da tecnologia para facilitar a vida deste sujeito: TDD, sinais luminosos, fax...
- Tenha-se um programa de apoio a familiares e a comunidade em geral para esclarecimentos e apoio para melhor entender as particularidades deste sujeito.
- Promover a capacitação dos professores e funcionário ouvintes ensinando aos mesmos a Libras, facilitando assim a comunicação.
- Garantir condições para que os surdos possam ter a cesso a uma educação que propicie:
 1. A apropriação do acervo cultural produzido pela humanidade;
 2. A oportunidade para desenvolver seu potencial e sua formação integral
 3. Condições para exercício de sua cidadania e inclusão social.
 4. Garantir acesso e condições didático-pedagógicas para que o aluno surdo aproprie-se dos conhecimentos sistematizados na escola.
 5. Desenvolver ações e estratégias com vista a garantir a permanência com qualidade do educando na rede estadual de ensino.
 6. Desenvolver ações e estratégias visando o acompanhamento e a avaliação do processo de reestruturação da política de educação de surdos no Estado do Rio Grande do Sul.

Entende-se que os surdos formam uma minoria cultural nem melhor, nem pior que outras minorias, apenas diferentes e, algumas vezes costumam ser oprimidas e dominadas pelas culturas que exercem maior poder, no entanto, é importante que se destaque que, uma minoria cultural nem sempre é uma minoria quantitativa, pois existem minorias quantitativas que exercem maior poder sobre os sentidos e os significados, seja este poder econômico ou de decisão.

As ações citadas inscrevem-se na luta para que todas as culturas venham a ser consideradas na rede social. Para que isto seja possível, uma das áreas de maior conflito/interesse é a área da educação, por seu poder constituído de subjetividades e por estes mesmos Estudos, se vem a entender que toda educação está envolvida num contexto de luta entre os grupos culturalmente dominantes e os culturalmente dominados (SÁ, 2010).

Sá (2010) ainda expõe:

Assim, as lutas políticas que estes conceitos demandam, contribuem para as tentativas de negação dos preconceitos que se têm sobre os surdos, mas, estas lutas e estes novos conceitos ainda não conseguiram quebrar as resistências no “sistema brasileiro de ensino”, pois seus gestores se crêem conhecedores das melhores maneiras de se educar um surdo, no entanto, estes mesmos – os surdos – geralmente não são chamados ao menos a expressar sua opinião sobre o projeto educacional e sobre as políticas educativas mais adequadas para atender à sua especificidade.

Lutar em educação não significa desejar a universalização das minorias culturais, ou a sua diluição em todo o sistema de ensino oficial, nem a inserção das crianças e jovens integrantes das minorias culturais nas escolas oficiais, como seria o caso dos surdos, ou dos indígenas, por exemplo. Essas são propostas que estão colocadas pelo poder oficial em diversos momentos e espaços.

Contudo, pelo contrário, entende-se que é viável optar-se pela criação de escolas específicas para minorias para atender ao preceito constitucional que diz respeito a um processo educacional que é um direito ao qual devem ter acesso todas as pessoas.

2.2 As escolas do Município de São Gabriel frente à surdez

De acordo com a Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1997) a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. No Art. 208, inciso III, desta lei, consta que as crianças e jovens com deficiências deverão, preferencialmente, cursar a rede regular de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente atesta, ainda, a igualdade de oportunidades que as crianças e os adolescentes com deficiência deverão possuir em termos de educação, sendo o Estado e toda sociedade responsáveis pelo seu zelamento (BRASIL, 1990).

Entretanto, para o deficiente auditivo tudo parece ser muito mais difícil, pois é uma minoria deles que conseguem cursar o nível superior, sendo comprometidas suas chances de se integrarem ao meio onde vivem e conquistar seus desejos pessoais.

A legislação pretende garantir os direitos das pessoas com deficiência: a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida; o Decreto nº. 3.956, de 8/10/2001, garante a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e, a Lei nº 10.436, de 24/4/2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação de pessoas surdas e/ou deficientes auditivos (BRASIL, 2005), entre outras providencia.

De acordo com Quadros (2006), os movimentos sociais surdos estabeleceram como uma das prioridades o reconhecimento da língua de sinais nos últimos 15 anos, esse movimento foi bastante eficiente, pois gerou uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a língua de sinais brasileira, culminando na lei federal 10.436, 24/04/2002, que a reconhece no país.

Quadros (2006) ainda fundamenta dizendo: “O impacto dessa legitimação, a sua repercussão e significado fundam um processo de desestabilização na educação em relação aos surdos no Brasil”.

Manente, Rodrigues e Palamin (2007) retratam que:

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no país 5,7 milhões de pessoas com Deficiência Auditiva, o equivalente a 2% da população brasileira. Dessas, mais de 406 mil em idade escolar, no entanto, somente 56 mil (13%) cursavam a educação básica no ano de 2003. No ensino médio este número caiu para 2 mil e, nas universidades, para 300.

Tais resultados confirmam o quanto essa população está fora da escola, motivos estes que justificam a intenção do estudo em questão, pois nas escolas do Município de São Gabriel não há uma coerência em relação à pessoa surda no que tange seus aspectos culturais e sociais, o que se tem são grupos de professores tentando se adequar a uma realidade latente nas escolas, esses professores procuram no seu fazer pedagógico interagir na realidade dos alunos, traçando

estratégicas metodológicas para buscar o desenvolvimento social, psicológico, educativo, cultural e econômico da realidade existente na família onde este aluno está inserido.

Os professores juntamente com a equipe diretiva e técnica da escola pretendem rever métodos e técnicas diferenciadas para que a criança surda possa se comunicar. É importante trazer para discussão uma visão mais crítica sobre as principais correntes metodológicas utilizadas em sala de aula, que enfoque não apenas os procedimentos adotados, mas realize uma análise sobre as vantagens e desvantagens existentes em cada uma, tendo em vista as particularidades inerentes à surdez, buscando uma melhor compreensão do sistema educacional em questão.

Morais (2010) expõe sua opinião dizendo que as crianças com deficiências auditivas apresentam alguns dos problemas mais desafiantes para educação, a perda auditiva interfere tanto na recepção da linguagem quanto na sua produção, pelo fato da linguagem interferir em praticamente todas as dimensões do desenvolvimento, a incapacidade de ouvir e falar é uma deficiência crítica, que pode dificultar o ajustamento social e acadêmico.

Morais (2010) ainda sobre o assunto destaca:

A identificação correta das crianças com perda auditiva é frequentemente complicada, pois, na sala de aula, os sintomas da condição assemelham-se a outros distúrbios, com deficiência mental ou problemas comportamentais. As crianças que olham o professor inexpressivamente podem ter deficiências auditivas, podem simplesmente não estar compreendendo o que está sendo dito, ou podem estar tão envolvidas com suas próprias ansiedades que bloqueiam a comunicação.

É importante destacar que desde o início do ensino formal, os profissionais que trabalham com pessoas surdas têm mostrado muito interesse, debatem e arrumam formas e procedimentos que privilegiem e ajudem essas pessoas. Assim é imprescindível um olhar atento dos profissionais para ver se seus esforços estão tendo resultados positivos ou não.

3 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Optou-se por realizar, neste trabalho, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema Políticas Públicas de Pessoas Surdas no Município de São Gabriel. A pesquisa está fundamentada em estudos realizados por autores em livros e artigos publicados em revistas, livros e artigos de Internet, pois não foi possível conseguir subsídios referentes ao tema, na Secretaria de Educação do Município.

A seleção do material deu-se após a leitura de resumos, textos, entrevistas e artigos, confirmando-se a aproximação com o objetivo do estudo, já apresentado anteriormente. A partir do conteúdo selecionado foi realizada a análise e interpretação dos mesmos, buscando-se a aproximação dos textos com o objetivo definido para o presente trabalho.

Para Lakatos e Marconi (2001) a análise bibliográfica significa o levantamento das fontes utilizadas pelo autor na elaboração do texto ou bibliografia, documentação, pesquisa de campo ou de laboratório, sendo que as informações que influenciam opiniões são discutidas através da interpretação de dados, os quais são analisados e podem exercer classificações, unindo idéias de acordo com o tema em pauta.

Com referência a pesquisa bibliográfica assim se posiciona Gil (2002, p. 44), definindo que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Desta forma, a pesquisa deve se embasar em conteúdos qualificados, pelos qual o pesquisador possa ter um alicerce tolerante, quando à flexibilidade, mas cuja procedência acorde com os dados tidos como pertinentes ao tema. Isso evidencia a necessidade de que a abordagem bibliográfica que sustenta as afirmativas seja fidedigna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo concluiu-se que a inclusão escolar da pessoa surda, independente do nível de escolaridade, representa, não só atender ao deficiente, mas a todos os alunos, no sentido de introduzir na escola uma cultura de respeito e de mudança de atitude perante o diferente.

Pelos conceitos estudados ao longo do desenvolvimento da humanidade a relação entre sociedade e as pessoas com deficiência ficou a idéia que antigamente a deficiência era tida como uma doença e também significado de incapacidade total algo que deveria ser pouco comentado e escondido o fato da sociedade.

Atualmente nas escolas aconteceu uma maior abertura até mesmo de alguns estarem freqüentando essas escolas o que antes não era se quer admitido, ficavam escondidos em casa pela família, embora atualmente nas escolas ainda faltam muito preparo em como agir diante das várias situações que surgem a esse respeito.

Porém mesmo com essa abertura ainda falta muito para o sujeito surdo ser incluído totalmente na sociedade e para que o processo de incluir se efetive é necessário a qualificação dos profissionais, quaisquer que atuem diretamente com a pessoa surda, discutir a questão da inserção do deficiente auditivo nas escolas do município de São Gabriel e entender alguns dos fatores que possibilitaram a chegada ou não dessas pessoas a escolarização.

A justificativa para o mesmo é a ausência de pesquisa com a população de deficientes auditivos que, em potencial, principalmente em função da idade, poderiam estar frequentando a Educação Infantil ou até mesmo a Educação Superior. Apesar dos debates inclusivos acontecerem intensamente nos últimos tempos, temos visto que pouco se tem investigado se a integração vem realmente se efetivando na sociedade, pois a escola que os surdos querem e a escola que o sistema “permite” estão longe de serem convergentes.

Por ora, diante dos questionamentos citados, enfatiza-se o pouco ou nenhuma preparação das partes competentes para que o ensino atenda as diferenças das pessoas surdas no seu processo de aprendizagem e de regulamentação nas escolas do município, além disso, a orientação que possivelmente deveria vir dos profissionais existentes na Secretaria de Educação é

de fundamental relevância para que o trabalho seja consistente e coerente com as propostas do estado.

É fundamental destacar que os professores e os intérpretes de língua de sinais não sabem muito bem como lidar com impasses na sala de aula decorridos de nova experiência. Assim, conforme todos os textos analisados neste trabalho é viável que o Estado procure alternativas que dêem sustentação para a viabilização desta prática no sentido de garantir o sucesso desta política pública também nos Municípios.

Então, é de fundamental importância um planejamento financeiro e técnico como parte da formação continuada dos professores, ou seja, que as próprias providências técnicas e administrativas propostas na Política de Educação de Surdos no Estado sejam implementadas. Percebe-se que o trabalho com os familiares e as escolas é fundamental, pois em algumas escolas o projeto político pedagógico ainda não contempla a educação de surdos, porque a escola ainda não está inserida em uma comunidade surda, ainda não conhece seus surdos suficientemente.

A implementação das providências planejadas e das ações sugeridas a partir do acompanhamento do processo são fundamentais para que o projeto político-pedagógico nas Escolas de São Gabriel ofereça uma perspectiva mais próxima aos mais diretamente envolvidos nesta política pública. Baseando-se nessa experiência, somando-se a tudo que vem sendo feito em nível federal e em outros estados pode-se processar uma aproximação entre o “querer” e o fazer na educação da pessoa surda.

Ao final deste estudo, verifica-se que conhecer os sujeitos surdos e engajar esforços para a criação de um ambiente de participação ativa dos pais, juntamente com profissionais especializados é o que possibilitará a busca constante de alternativas que propiciem a essas pessoas melhor qualidade de vida no meio em que vivem. Pois, a pessoa que é estimulada torna-se mais ativa, receptível a regras, reage melhor as tarefas propostas e é mais sociável, facilitando o ingresso no ensino regular. Somente a partir desse olhar, poder-se-á vislumbrar o indivíduo humano para além da sua falta.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - promulgada em 5 de outubro de 1988, 13. ed. Revista e atualizada até Emenda Constitucional nº. 45, de 8 de dezembro de 2004. Bauru, SP: EDIPRO, 2005.

_____. **Lei nº. 9394/96**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Coletânea de textos organizados pela professora Elza Vieira Caputo. Universidade Paulista. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. 1997.

_____. **Lei nº. 8069**, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e adolescente. Brasília: Presidente da República, 1990.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS. **Política Educacional para surdos do Rio Grande do Sul**, 2005. Disponível em: <http://www.cultura-sorda.eu/resources/FENEIS_politica_educacional_para_surdos.pdf> Acesso em: 14 ago. 2010.

FERNANDES, Eulália (org). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES**, v.19, n.46, Campinas set. 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANENTE, M.V.; RODRIGUES, O.M.P.; PALAMIN, M.E.G. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.13 n.1 Marília jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000100003&lng=pt&nrm=iso&tling=pt> Acesso em: 14 set. 2010.

MORAIS, Maria Zilma de Sousa. **Deficiência auditiva.** Disponível em: <<http://encantamentomzsm.blogspot.com/2010/02/educacao-especial-deficiencia-auditiva.html>> Acesso em: 20 set. 2010.

OLIVEIRA, Jucélia Brasil Gomes de. **Uma síntese da história da educação de surdos e o modelo educacional Bilíngüe.** Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_23644/artigo_sobre_uma_sintese_da_historia_da_educacao_de_surdos_e_o_modelo_educacional_bilingue> Acesso em: 10 ago. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Dados estatísticos.** Disponível em: <http://www.pmpf.rs.gov.br/files/dados_estatisticos.pdf> Acesso em: 10 ago. 2010.

QUADROS, Ronice Müller de. Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cad. CEDES**, v.26, n.69, Campinas maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-2622006000200003&lng=pt> Acesso em: 14 set. 2010.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **A questão da educação de surdos.** Disponível em: <www.eusurdo.ufba.br/arquivos/educacao_de_surdos.doc> Acesso em: 20 jul. 2010.

SECRETARIA DA SAÚDE, RS. **Plano Estadual de prevenção, tratamento e reabilitação auditiva,** 2005. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/dados/PLANO_ESTADUAL_DE_PREVENCAO.pdf> Acesso em: 14 ago. 2010.

TURETTA, B.A.R. **A criança surda e seus interlocutores num programa de escola inclusiva com abordagem bilíngüe.** Dissertação. Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.

UZAN, Alessandra Juliana Santos et al. **A importância da Língua Brasileira de Sinais – (Libras) como língua materna no contexto da escola do ensino fundamental.** Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC1396_01_A.pdf> Acesso em: 20 jul. 2010.